

Habitar a rua como criação de territórios

Christian Pierre Kasper
Universidade Federal do Paraná
cp.kasper@uol.com.br

Vou relatar um pouco de um percurso de pesquisa, em particular a emergência do conceito de território numa problemática que visou o habitar. Nesse processo, a apreensão dos fenômenos estudados e as transformações na minha percepção de pesquisador são indissociáveis. Não são, portanto, resultados, que vão ocupar o centro da minha exposição, mas o movimento mesmo da investigação.

Estudar uma população taxada de “excluída” comporta certas dificuldades, em particular o risco permanente de pensar sua realidade segundo os padrões dominantes, deixando escapar sua singularidade. De fato, as leituras pautadas pela exclusão levam a entender as situações minoritárias em termos de carência, de falta, de adaptação, etc. Boa parte das pesquisas feitas sobre moradores de rua adotam de início tal perspectiva: o que lhes falta para serem “incluídos”, o que lhes falta para serem “civilizados”, “cidadãos”, “trabalhadores”... Essas abordagens mostram rapidamente seus limites, tendo como ponto de partida uma situação caracterizada pela exclusão e como horizonte as possibilidades de ‘reinserção’.

À diferença dessas abordagens, minha questão, ao investigar a população de rua, era claramente positiva: “como é possível habitar o espaço aberto e público da rua?” Visava as práticas espaciais dos moradores de rua de São Paulo, entendendo que estes tinham algo a me ensinar sobre o processo de habitar enquanto modo de relação com o lugar. Para isso, parti das próprias práticas, vistas como formas de inserção no meio urbano, e não, como é de praxe nas ciências sociais, de algo definido como um “grupo social”. Pensei estar assim livre dos preconceitos usuais e pronto para uma leitura imanente do fenômeno.

A pesquisa de campo abalou essa tranquilidade e evidenciou meus próprios preconceitos. Os embates me levaram a reformular – penosamente –

minha problemática, e é um pouco desse percurso que eu gostaria de reviver com vocês hoje.

Mas, começando pelo começo, devo dizer que minha escolha de pesquisar moradias na rua deve muito às construções improvisadas que eu tinha encontrado nas ruas de São Paulo desde minha chegada ao Brasil, em 1997. De fato, essas bricolagens despertaram minha curiosidade antes de qualquer propósito acadêmico, e o projeto de doutorado foi a maneira que encontrei para satisfazer e legitimar essa curiosidade.

Comecei minha pesquisa de campo nas ruas de São Paulo no início de 2004 e rapidamente descobri meus próprios preconceitos com relação ao habitar, quando cheguei a um rapaz dono de uma barraca de caixotes, a qual me referi como “sua casa”. A resposta foi veemente: “cê chama isso de casa?”; “não moro aqui, apenas me escondo lá em baixo”. Quando consegui formular isso com maior clareza, chamei essa projeção de “preconceito ecocêntrico” [do grego *oikos*, casa], isto é, pensar o habitar conforme o modelo da casa. Uma das dificuldades em se livrar deste preconceito se deve ao fato de que certos moradores de rua se esforçam mesmo em imitar a casa: dividem o espaço em quarto-sala-cozinha com pedaços de papelão, por exemplo; essa dimensão reprodutiva é inegável. No entanto, reduzir o “habitar a rua” a uma mera tentativa de reproduzir o modelo da casa seria deixar de perceber o que tem ali de mais específico. Seria adotar uma visão redutora, normativa, é pensar, ainda, em termos de falta, pois a cópia está sempre aquém do modelo.

Depois desse episódio, eu comecei a questionar a importância da principal construção que observava, ingenuamente identificada a uma casa. Percebi que não passava de um abrigo para dormir – às vezes montado todos os dias apenas com este propósito – e que as atividades cotidianas ultrapassavam amplamente tanto sua extensão quanto sua localização. O espaço doméstico, enquanto lugar onde se sente “em casa” não podia, nas condições da rua, se condensar em um objeto único.

Quando isso começou a ficar claro para mim, me deparei com outro dos meus preconceitos implícitos, que chamei de *funcionalismo*. Era a idéia, parte do senso comum e contando com o apoio de uma certa antropologia, de que a habitação compõe-se de um conjunto de funções: dormir, preparar e comer refeições, cuidar da higiene pessoal. Essas chamadas ‘necessidades’ do ser

humano seriam atendidas por equipamentos dedicados a certas funções, cuja reunião formaria o habitat em sentido amplo, conforme a doutrina da arquitetura moderna.

Ora, o que as entrevistas com moradores de rua me mostravam?

Em primeiro lugar, que as 'necessidades' podiam ser atendidas por vários meios alternativos. A principal refeição do dia, por exemplo, podia ser feita um dia graças a uma distribuição caritativa, outro dia pela compra de um 'marmitex' num restaurante popular e outro dia pela preparação de uma refeição caseira. Em segundo lugar, mesmo quando existem atividades regulares, sua localização pode variar e, sobretudo, ocupar espaços diferentes. Conheci um ponto onde um grupo de carroceiros se reunia todos os dias para preparar e consumir o almoço juntos, enquanto passavam o resto do dia e a noite em lugares diferentes. Na época da minha pesquisa, o chafariz da praça da Sé atraía um número considerável de moradores de rua, que vinha periodicamente lavar suas roupas e até tomar banho. A observação da vida cotidiana nas ruas confirmava essa ausência de unidade de lugar, pois não havia, na maioria dos casos, um local único que podia se identificar com uma residência, mas, antes, uma série de blocos de espaço-tempo, ocupados regularmente ao longo do dia ou da semana.

Em suma, não é a reunião de espaços dedicados a certas funções que define um local como sendo habitado, nem o atendimento às necessidades biológicas que faz que se sinta 'em casa' num determinado lugar. Um exemplo disso é a recusa generalizada dos albergues entre as pessoas que entrevistei. O albergue oferece abrigo, cama, comida, instalações sanitárias, isto é, todo o equipamento necessário à sobrevivência. Apesar desse 'conforto', os habitantes das ruas não querem saber de abandonar seu cantinho em praça ou calçada para viver em albergue. Ouvia diversos argumentos: nos albergues, "tem fila para tudo", "só tem ladrões", etc. até que um senhor, morando perto da ponte da Casa Verde me disse algo que me pareceu decisivo: em albergue, não é possível sentir-se 'em casa'. Não somente porque os usuários são postos para fora todas as manhãs, como disse esse senhor, mas sobretudo porque os albergues não oferecem as condições de uma mínima apropriação do espaço.

Em paralelo a minhas andanças pelas ruas de São Paulo, comecei a reler o capítulo de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari, que trata do território. Nele, havia

uma proposição que não saia da minha cabeça: afirmava o primado da expressão, da marca territorial, sobre qualquer função que o território podia desempenhar. Como isso podia fazer sentido no contexto da rua?

A etologia nos ensina que o território existe em virtude de marcas, indícios que assinalam sua extensão ou seus limites, e de um comportamento de defesa, isto é, de combate aos intrusos. Nada disso me parecia muito óbvio nos locais que eu visitava. Longe de ser repellido, eu era, na maioria das vezes, acolhido pelas pessoas que eu abordava nos locais que habitavam; me ofereciam um assento, às vezes até um café, e conversavam comigo de bom grado. Foi só depois de ter reconhecido outras manifestações territoriais que eu entendi que a acolhida também é um gesto de afirmação de território, um ritual que pressupõe sua existência.

Mas, e a marca?

De fato, a marca estava ali, debaixo de meus olhos que não sabiam ver... Talvez por conta dos dois preconceitos já mencionados, demorei muito para entender o sentido de uma ação constantemente repetida por meus 'pesquisados': **varrer**. Da mesma forma que eu achava normal varrer o chão da minha casa, era normal o fato deles varrer seu pedaço de calçada. A prática começou a parecer um pouco menos óbvia o dia que encontrei varrendo uma senhora que eu conhecia, que morava num parque onde um gari passava todos os dias, varrendo e recolhendo o lixo. Perguntei a ela porque fazia esse esforço que me parecia inútil e ela respondeu, designando o gari: "não vamos deixar tudo para ele fazer, coitado". A partir daí, comecei a me interessar por essa atividade, e logo notei que todos os moradores de rua minimamente equipados possuíam uma vassoura. Observei as superfícies que eram varridas regularmente e constatei que são, geralmente, delimitadas de forma precisa e fixa. Aí estava o território, como foi confirmado pelos casos que eu observei, em que a área varrida ultrapassava claramente o espaço usado pelas atividades.

Varrer é, assim, no contexto da rua, o gesto de apropriação do espaço por excelência, que marca, em negativo, um domínio. Na língua francesa, a palavra *propre* significa ao mesmo tempo 'próprio' e 'limpo'. Varrer conjuga esses dois sentidos, traçando um território efêmero que se destaca da sujeira da rua.